

## **Entrando nos territórios do Território**

*Bernardo Maçano Fernandes – UNESP*

### **Introdução**

Este artigo é um ensaio teórico sobre o Território. E com base nesta reflexão proponho um debate sobre os tipos de territórios e as disputas territoriais. O que me motivou pensar sobre estes objetos é o fato de o Território ter sido escolhido por cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos. O conceito também passou a ser tema principal muito utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural. Neste ensaio sobre o Território, procuro ir além da significação clássica mais utilizada do conceito como espaço de governança. Proponho uma tipologia de territórios a partir de referencial bibliográfico e de pesquisas de campo realizadas em diferentes países. O objetivo neste artigo é ampliar o debate sobre o Território e defender a idéia que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida. Este poder é hoje muito utilizado pelas instituições e pelos estudiosos na realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento territorial rural que atinge milhões de pessoas em seus habitats.

Este ensaio é um dos resultados da reflexão teórica que venho fazendo há pelo menos dez anos estudando os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina. Um conjunto de atividades me possibilitaram as condições para chegar a estas idéias que ora apresento. As atividades que me motivaram a esta reflexão referem-se à pesquisa, ao ensino e à extensão. Em 1998, com a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA<sup>1</sup>, produzimos nosso território onde passamos a elaborar e executar diversas linhas e projetos de pesquisa, como por exemplo o DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra e o RIST – Relatórios de Impactos Socioterritoriais. Neste espaço, junto com meus orientandos construímos as condições de trabalho para pesquisas empíricas, ensaios teóricos e contribuições científicas para diferentes instituições e organizações. É importante registrar que as idéias aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade, pois são frutos de meus exercícios intelectuais. Mas quero registrar também que eu não teria construído esta reflexão sem a realização das atividades descritas nesta parte e na seguinte, em que muitas pessoas me ajudaram. Sou grato a essas pessoas de distintas organizações e diversos países que de diferentes formas me ofereceram as condições para pensar o Território e os territórios.

Desde 2002, com o início do projeto de pesquisa “A Formação da Via Campesina: espacialização, territorialização e mundialização dos movimentos camponeses<sup>2</sup>”, nas pesquisas de campo, tenho observado os diferentes territórios que se formam com conflitualidade expressa pelas relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio. Desde 2005, quando iniciei a coordenação do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, em diversas reuniões, tenho debatido uma parte das idéias

---

<sup>1</sup> [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera) O NERA é vinculado Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente.

<sup>2</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ao qual agradeço pelas condições oferecidas para a realização da pesquisa.

aqui expostas. Eu também me beneficieei de diferentes experiências na realização de trabalhos de extensão e assessorias. Na primeira metade da década de 1980, comecei a estudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esta foi sem dúvida a mais rica experiência, a partir das realidades da luta pela terra, que me levou a suscitar as idéias para a construção de outras significações para o Território. Comecei a compreender que a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território campesino<sup>3</sup>. Esta compreensão está presente em meus trabalhos da década de 1990, em que o Território aparece como conceito central. No desenvolvimento de meus trabalhos, esta compreensão se fortaleceu ainda mais com as pesquisas sobre a Via Campesina em diversos países, como por exemplo: Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, Espanha e Portugal. Também, minha experiência com as assessorias para a Comissão Pastoral da Terra – CPT no Brasil e Pastoral de la Tierra Interdiocesana na Guatemala, na realização de pesquisas e as visitas a vários territórios em conflitos têm fortalecido os sentidos das significações que tenho empregado ao discutir os diferentes tipos de territórios.

Nos últimos dois anos, tenho debatido intensamente meus ensaios a respeito dos tipos de territórios e dos movimentos socioterritoriais<sup>4</sup>. Um espaço importante onde tenho exposto e desenvolvido esta reflexão é a sala de aula. Quer destacar a disciplina Teorias dos Territórios e dos Movimentos Socioterritoriais, que ministrei no Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP, campus de Prudente e a disciplina Estructura agraria y estado en América Latina que ministrei no Programa de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador (UASB). Tenho muito a agradecer aos alunos destas duas disciplinas que me ajudaram com seus trabalhos e distintas leituras a pensar melhor sobre os diferentes tipos de territórios. Em 2007, com o início do projeto de pesquisa “Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiro e cubano (1994 – 2005)<sup>5</sup>”, tive a oportunidade de discutir os conceitos Espaço e Território com geógrafos cubanos. Agradeço aos colegas Roberto Gonzales, Angelina Herrera, Eduardo San Marful e Silvia Diaz pelo amplo debate realizado em reuniões e em pesquisa de campo.

Os eventos científicos são espaços fundamentais onde podemos expor nossas idéias e debater com nossos colegas. Sou grato aos pesquisadores, professores e alunos que leram e ou debateram parte das idéias em desenvolvimento que foram apresentadas no Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em Bogotá, 2007, no Latim American Studies Association Congress, realizado em Porto Rico, 2006, no VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, realizado em Quito, 2006, No Canadian Association for the Study of International Development (CASID), realizado em Saskatoon, 2007, no Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina, 2007, No Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, realizado em Brasília, 2007 e no VII Encontro Nacional da Associação

---

<sup>3</sup> Estudando diversos autores, aprendi que outros movimentos também lutam por um determinado tipo de território, como é o caso dos movimentos urbanos dos sem-teto. Em 2007, criamos no NERA um cadastro para o registro dos movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, de modo a aperfeiçoar nossas pesquisas.

<sup>4</sup> A respeito do conceito de movimentos socioterritoriais, ver FERNANDES, 2005.

<sup>5</sup> Projeto de cooperação científico internacional Brasil – Cuba, como o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministro da Educação Superior de Cuba – MES/Cuba. Agradecemos à CAPES e ao MES pelo apoio na realização desta pesquisa.

Nacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado em Niterói, 2007. Pelas críticas e considerações agradeço aos meus colegas: Cliff Welch, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Jorge Montenegro, Antonio Thomaz Jr, Norma Giarraca, Miguel Teubal, Pilar Lizarraga, Carlos Vacaflores, Harry Vanden, Sérgio Leite, Luis Hocman, Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcos Saquet, Edgar Kolling, Roseli Caldart, Monica Molina, Wilder Robles, Marcelo José Lopes de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro, João Cléps Jr, João Fabrini e aos meus orientandos: Matuzalem Cavalcante, Eduardo Girardi, Eraldo Ramos, Nelson Pedon, Anderson Antonio da Silva e Janaina Francisca de Souza, Herivelto Fernandes e Estevan de Freitas.

## **1 – Os territórios do Território**

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). *A amplitude desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento.* O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório (SANTOS, 1996, P. 51). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. *A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades.* Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Partimos do princípio que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (GOTTMANN, 1973, p. 1 - 15). Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território (SANTOS, 2004, p. 34). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade. É a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado (SANTOS, 1996, P. 74). O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do

pensamento (SEARLE, 1995, p. 223-250), constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito.

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e por conseguinte a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições. Embora esta questão me pareça evidente, penso ser importante lembrá-la: os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições.

Ainda, a proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições. Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade.

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na

socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.

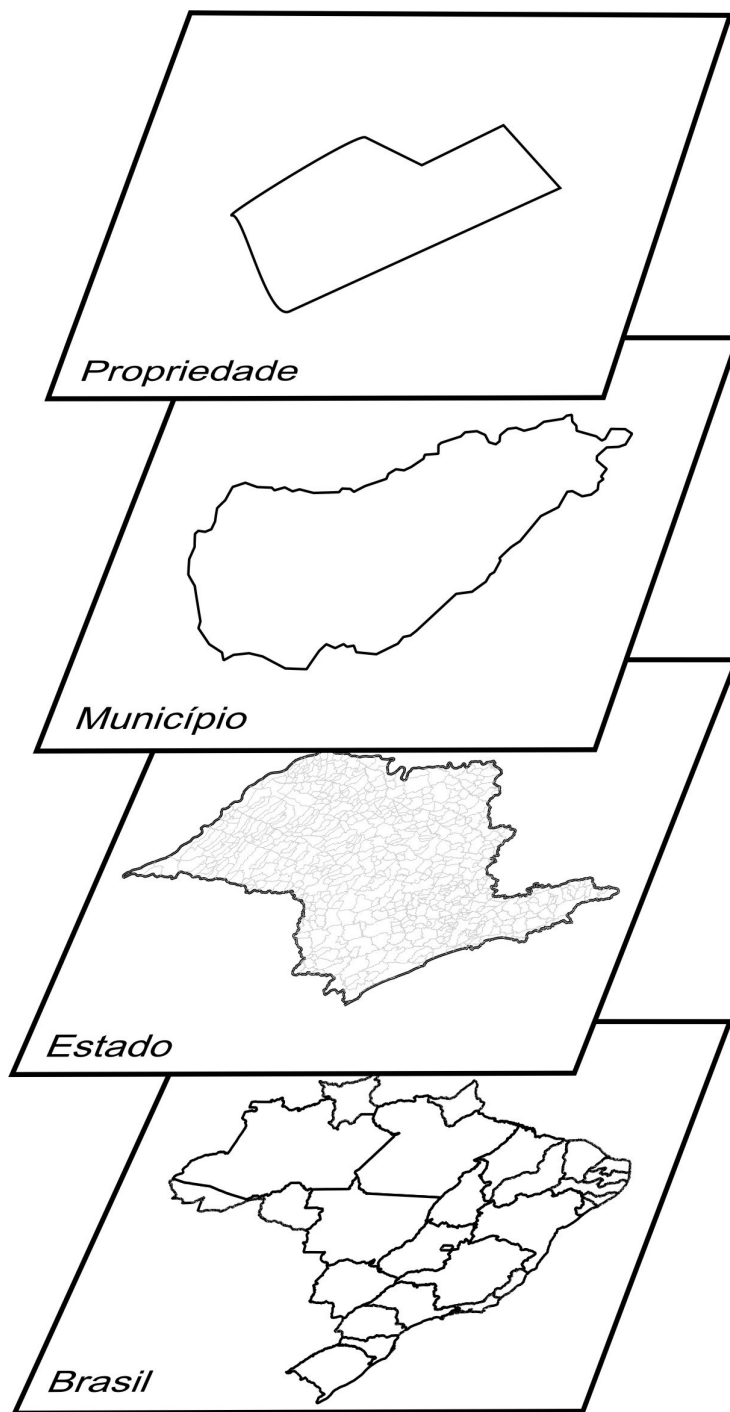
Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é necessário lembrar seus atributos: cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais.

Cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. Esses criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões. Isto também é uma decisão política. Todavia, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, nos possibilita entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional.

Neste sentido, ao se pensar políticas territoriais é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade. Quando o território é concebido como uno, ou seja apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que

existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidente que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. Para se compreender essa disputa é importante uma análise dos níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional. Na figura 1, procuramos ilustrar esse exemplo.



**Figura 1 – Tipos de territórios**

Org. Bernardo Mançano Fernandes/Eduardo Paulon Girardi

A partir dessa tipologia pode-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. A disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território. Embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade. Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção.

Reafirmamos, o território é uma totalidade mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas o espaço de governança, que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. Mais uma vez é importante lembrar que compreender o território como totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades.

## **2 – Tipos de territórios**

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedade privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.

Primeiro território é o território do Estado e suas unidades territoriais internas: país, estados e municípios. São nestes que se organizam todos os outros territórios: propriedades particulares individuais e propriedades comunitárias (segundo território), que são territórios fixos. Nos territórios dos municípios são organizados territórios fluxos, cujas fronteiras se movimentam de acordo com as ações institucionais e as



conflitualidades. Exemplos de territórios fluxos ou móveis são espaços controlados por diferentes formas de organização, por exemplo: narcotráfico, prostitutas, etc<sup>6</sup>. Outros tipos de territórios móveis ou fluxos são navios e outras embarcações e os diferentes tipos de meios de transporte.

Neste artigo destacamos a formação do segundo território. O princípio da multidimensionalidade permite a compreensão que o processo de formação do território implica em conceber sua área, seus recursos e as relações que os transformam. O segundo território pode ser contínuo ou descontínuo, pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições. A caracterização fundamental é a relação social que o produz. O segundo território pode ser um todo ou parte, pode ser uma casa ou parte dela; uma empresa ou parte, uma universidade ou parte, uma igreja, um sindicato etc. Descontínuo, pode estar organizado em redes, ou as redes podem ligar diferentes territórios. A constituição desses tipos de territórios acontece por relações de poder em disputa no primeiro território. A soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva de todos os tipos de território. Embora não seja ininterrupta, a soberania está sempre em questão por meio da conflitualidade na disputa territorial no interior do território da nação. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial. É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos.

Os territórios dos países são disputados pelas empresas transnacionais que controlam ou participam do controle de imensas áreas do primeiro e do segundo território. Dois exemplos podem ser observados nas figuras abaixo.



**Figura 2 – crítica à territorialização das transnacionais, por meio de compra de terras para controle do mercado de agrocombustíveis.**  
Fonte: Jornal Brasil de Fato, 4 de dezembro de 2007.

<sup>6</sup> Um exemplo desses territórios pode ser visto em SOUZA, 1995. Entre outros autores que trabalham com diferentes tipos de territórios, para além da concepção clássica do território como espaço de governança, indicamos SAQUET, 2007 e DELANEY, 2005.



**Figura 3 – Propaganda da Transnacional Syngenta representando área de quatro países onde predomina o monocultivo da soja.**

Fonte: Evia, 2006.

Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas. No Brasil, a Via Campesina ocupou uma propriedade da transnacional Syngenta como forma de protesto ao processo de territorialização da empresa. Na figura 4, observa-se a ocupação de uma propriedade da Syngenta no município de Santa Teresa do Oeste no Estado do Paraná.



**Figura 4 – Movimentos campesinos vinculado a Via Campesina ocupam propriedade da Syngenta.**

Fonte: arquivo MST.

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio

organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses.

Compreender essa tipologia de territórios é fundamental para o uso mais amplo do conceito. Se por um lado, o uso do conceito de território possibilitou a superação de leituras setoriais, por outro lado, predominam as leituras de territórios únicos que ignoram as conflitualidades, que promovem as disputas territoriais.

### **3 – Territórios em disputa**

Em um ensaio publicado em 2002, Milton Santos fez a seguinte afirmação:

*A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).*

Como destacamos na introdução deste ensaio, o Território passou a ser conceito central de temas de estudos de algumas ciências como sociologia, economia, história e medicina. A antropologia, direito, ciência política e biologia, em geral, utilizam o Território como conceito central em suas análises. Mesmo na geografia, o Território ganhou mais espaço que o Espaço, a Região e o Lugar. Um dos últimos livros publicados por Milton Santos tem como título: “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Enquanto nos anos 1980 e até meados de 1990, dedicou-se predominantemente às reflexões sobre o Espaço. Questionado sobre esta mudança, afirmou que:

*O território com muita frequência e força – usado pelos homens da ciência política, pelos juristas, pelos antropólogos -, é sempre visto como uma coisa inerte, onde as ações dos homens se dão. Mesmo quando se considera o território como contendo população, produção econômica, movimento dos homens e das mercadorias etc., quando falamos na relação sociedade-espço, sociedade-território, não víamos o território realmente como condicionante. Isso me preocupou porque, sobretudo com a globalização, com a competitividade, as empresas são terrivelmente sequiosas de localizações que lhes aumentem o lucro e o poder (SANTOS, 2004, p. 34).*

Estes dois fatos chamaram minha atenção: a intensificação da territorialização do capital com a globalização e a emergência do conceito de território, que em muitos estudos passou a substituir o conceito de espaço. Em meus estudos sobre a formação da Via Campesina também os elegi em minha agenda de pesquisas como tema de reflexão teórica. Compreendo que estes dois fatos estão associados. O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram pelo menos duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e por conseguinte dos territórios. Esta realidade é mais bem compreendida com a crise do socialismo e conseqüentemente dos governos de esquerda, cujas políticas de desenvolvimento estão atreladas à expansão do mercado capitalista globalizado como a possibilidade econômica para o desenvolvimento. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. Por meio de suas *think tanks* são elaborados projetos de desenvolvimento e leis que viabilizam a sua execução, contando com apoio político e muitas vezes com o apoio econômico do Estado. Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas.

Tomamos essa conjuntura política como referência para discutir a emergência do Território no âmbito das políticas neoliberais. Esta urgência do conceito de território pode ser associada a precarização das relações de trabalho, ao desemprego estrutural e a destruição dos territórios camponeses e indígenas, por meio da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 121). A utilização do conceito de território a partir dos princípios e da significação defendidas neste artigo nos possibilita compreender os processos que transformam os diferentes tipos de territórios. Isto significa ter uma compreensão e posição teórica e política na interpretação dessas realidades. Com a emergência e a expansão dos estudos sobre os territórios, diferentes interpretações e controvérsias geraram uma panacéia, já que o conceito de território passou a ser utilizado como fórmula mágica para tratar de projetos de desenvolvimento regionais. Na maior parte dos estudos que hoje é denominado de território são espaços geográficos que já foram chamados de microrregiões<sup>7</sup>. A Ciência Geográfica tem a responsabilidade de contribuir intensamente com o com as leituras das diferentes análises. Alguns desses estudos que têm o Território como conceito central são influenciados por geógrafos que participaram ou são referências teóricas<sup>8</sup>. Em outros, os estudos geográficos são ignorados e o Território, muitas vezes, é usado apenas como metáfora<sup>9</sup>.

Nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, muitos geógrafos viveram uma triste experiência no uso conceitos sociológicos e econômicos como metáforas. Essa utilização inconseqüente resultou numa dependência teórica da geografia às outras

---

<sup>7</sup> Por exemplo, SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. Desarrollo Territorial Rural. Santiago: RIMISP, 2003. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Atlas dos Territórios Rurais. Brasília: MDA, 2004.

<sup>8</sup> Um exemplo é a publicação do Ministério da Saúde "O Território e a vigilância em Saúde". Ver Escola Politécnica de Saúde...

<sup>9</sup> Um exemplo é o livro "Territorios Eróticos" de Ana Teresa Torres.

disciplinas. Para aplicação de um conceito de outra ciência é preciso compreender seus fundamentos e seus princípios. São poucos os estudos sobre territórios que se utilizam das teorias geográficas. Em alguns casos há até mesmo a proposta de utilização do território não como conceito, mas como instrumento. Por exemplo, Schneider e Tartaruga defendem

*“a necessidade de se distinguir o uso e o significado do território como um conceito de análise, tal como lhe confere a geografia e outras disciplinas como a antropologia ou a biologia, dos sentidos instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais [...] A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam.*

*Neste sentido, é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso. [...] o território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, (sic) pois foi exatamente com esta finalidade que foram elaboradas.*

*A tentativa de buscar referências espaciais e conferir-lhes poder de explicação causal parece ser uma tendência recente (talvez uma moda) que cresce em várias disciplinas das ciências sociais, notadamente na economia, na sociologia e na ciência política.”* (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2005, p. 14)

De acordo com a reflexão apresentada na primeira parte deste texto, a distinção pretendida por Schneider e Tartaruga em isolar o significado do conceito de seu uso seria como separar a teoria da prática ou o sujeito do objeto. O sujeito por meio de sua intencionalidade determina o significado que determina o uso. Esses procedimentos são indissociáveis, são diferentes e inseparáveis. Como explicitamos, a intencionalidade também se manifesta nas opções que os cientistas fazem na definição do significado do conceito de território. Antropólogos exploram mais a dimensão cultural, biólogos estudam mais a dimensão ambiental. Sociólogos e economistas também estão explorando apenas algumas das dimensões do território, principalmente as dimensões econômicas e sociais. Como salientamos cada dimensão possui as outras, de modo que mesmo que enfatizamos uma dimensão é fundamental considerar os desdobramentos nas outras dimensões. As dimensões só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: a social, a ambiental, a cultural, a econômica etc. Neste mesmo sentido pode se compreender as formas de organização dos diversos tipos de território em várias escalas geográficas. Estes procedimentos constituem a multidimensionalidade e a multiescalaridade que caracterizam a sustentabilidade dos territórios. A partir desses princípios não é difícil

compreender o uso do conceito de território ao se falar dos monoculturas para exportação que se territorializam rapidamente em todo o mundo, desterritorializando camponeses e indígenas. Para defender grandes extensões de monocultivo, as empresas não se podem utilizar o princípio da multidimensionalidade. Por esta razão, o conceito de território aqui utilizado é um obstáculo para as empresas que exploram grandes áreas monocultoras, porque se preocupam apenas com as dimensões político-econômicas de seus territórios, como discute Porto-Gonçalves, 2007.

Afirmar que se pode utilizar o Território apenas como recurso instrumental e prático nas abordagens e enfoques soa um tanto estranho. O território não é um instrumento. Instrumentos são objetos da metodologia. O Território é um conceito e uma categoria, é um objeto do método e da teoria, portanto não são a-teóricos. Vale reafirmar que o Território *“é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades”* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 5). O Território não é uma técnica, muito menos uma noção fechada, acabada, determinada. Não pode ser naturalizado, instrumentalizado, aparelhado. O sentido do uso do uso do conceito de território é o político, que tem como essência a liberdade. É esta liberdade que oferece condição para que Schneider e Tartaruga afirmem ser necessário instrumentalizar o território. Esta condição também permite que os autores revelem suas intencionalidades.

A emergência do conceito de território ainda necessita de uma reflexão profunda. Por que o conceito de território passou a ser mais usado que o conceito de espaço? Para responder esta pergunta é necessária uma ampla pesquisa sobre políticas, teorias e métodos. Portanto, neste ensaio pretendo apenas apontar algumas idéias construídas a partir de ampla bibliografia e trabalho de campo<sup>10</sup>. Os estudos sobre o desenvolvimento territorial rural podem ser classificados em duas tendências: aqueles que partem do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e os que partem do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim predominam estudos em que as referências são somente as relações capitalistas. As perspectivas de modernização são para atingir modelos do sistema para as empresas, mercados, tecnologias e outras políticas tendo como referência a reprodução das relações capitalistas. O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão o conceito de território do PCA é muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Para o PQA, as críticas ao capitalismo ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas. Esta condição coloca o PQA em desvantagem com relação ao PCA. Enquanto o PCA acompanha o movimento

---

<sup>10</sup> A respeito do debate sobre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, ver FERNANDES, 2007.

da roda, o PQA procura reinventá-la. Neste ponto tem encontrado obstáculos de ordem teórica e política, por essa razão aprofunda suas críticas ao sistema que intensifica as desigualdades sociais, explorando conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão o conceito de território do PQA tem maior relevância à sua dimensão política, do enfrentamento entre as classes, distinguindo-se dos conceitos de espaço e região. Salvo, os casos em que os pensadores do PQA trabalham com o significado clássico de território como espaço de governança.

Quando se desenvolve as análises sobre uma realidade hegemônica, o conceito de território só tem sentido como espaço de governança, como território do Estado. Todos os outros espaços produzidos são espaços, regiões e lugares. Portanto, ao se aceitar a hegemonia de neoliberalismo ou a hegemonia do Estado, desconsiderando as contradições e as conflitualidades dessas realidades, é melhor valer-se da significação clássica de território. Uma análise da realidade em que se considere o movimento contínuo da conflitualidade pode-se observar diversos territórios e espaços. O significado de espaço é tão amplo quando o de realidade, porque esta é sua origem. O espaço e o tempo formam a realidade. Daí, as múltiplas possibilidades de compreender e usar o espaço. O Território não é tão flexível. A abstração do espaço e a concretude do território aparece nas reflexões de diversos geógrafos como por exemplo esta afirmação. *“Do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território”* (MORAES, 2000, p. 17). Esta vaguidade pode ser observada nas consultas aos dicionários, onde o verbete espaço contém mais informações para explicá-lo que o verbete território. A vaguidade a que se refere Moraes, é confirmada por Santos, quando este entende que:

*“A palavra espaço é utilizada em dezenas de acepções. Fala-se espaço da sala, do verde, de um país, de um refrigerador, espaço ocupado por um corpo etc. (...) Palavras como vermelho, duro sólido não têm seus significados colocados em dúvida, estão associados a experiências elementares. O que não acontece com a palavra espaço, frequentemente substituída por lugar, território etc. A palavra é mesmo muito utilizada como substantivo, assim espaço do homem, do migrante, do sedentário etc”.* (SANTOS, 1988, p. 71).

O espaço passou ser adjetivado pelo significado de suas dimensões. Por exemplo, utiliza-se o espaço social como uma totalidade isolando-o de suas outras dimensões, como a cultural, econômica, ambiental, política etc. Esta fragmentação do espaço pode acontecer com o território ao utilizá-lo também apenas por uma de suas dimensões, por exemplo território econômico, quando se considera a dimensão econômica do território como uma totalidade, ignorando-se as outras dimensões. Nesta acepção, o Espaço e o Território muito se aproximam em suas significações. São diferentes pelas definições dadas pelos teóricos. Mas as definições que determinam a significação também obedecem a imanência das características e qualidades ou propriedades produzidas pelas relações na história. Por exemplo, o poder é uma característica do espaço e do território, todavia, a soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva do Território. Com a utilização do conceito de espaço, pode-se abordar as relações de poder a partir de diferentes análises dos sistemas de objetos e de ações. Na década de 1970, a publicação do livro Espaço e Poder do geógrafo Paul Claval foi uma importante referência muito utilizada para discutir esse tema (CLAVAL, 1979). Em 2007, Richard Peet publicou *Geography of Power* abordando as relações de poder e espaço. Nos dois livros, embora

os autores tratem do Estado, das relações de poder, do capital e do trabalho, o Território não aparece como conceito importante. Os conceitos de espaço e território possibilitam leituras e compreensões distintas. Um não substitui o outro. Todavia, em alguns trabalhos esses conceitos não estão bem definidos e pode-se perder as diferenças.

A globalização com a hegemonia das políticas neoliberais provocou a emergência do conceito de território em duas direções. Pelo PCA em que o significado de Território é utilizado muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Alguns exemplos desse paradigma são os estudos financiados pelo Banco Mundial. Esta definição oculta uma forma de controle social das populações que vivem nos territórios, com a realização de políticas de subalternidade. Pelo PQA em que o ponto de partida do Território é a soberania, explicitada pela resistência à desterritorialização que acontecem por meio das políticas de desenvolvimento, evitando similitudes com o conceito de espaço. Um excelente exemplo desse paradigma é o livro *“Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas*, coordenado por Tomás Palau. As políticas neoliberais têm intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades campesinas e indígena ou de subalternidade dos territórios não capitalistas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado. No primeiro caso, as empresas do agronegócio se territorializam por meio da monocultura para exportação. No segundo caso, mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e pelo mercado. O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo a reforma agrária. O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas. Este é um exemplo do processo acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 115-148).

Para discutirmos este processo de disputa territorial apresentamos um estudo sobre a participação dos territórios capitalistas e não capitalistas no campo brasileiros, ou seja o primeiro e segundo territórios. Com a tabela 1, iniciamos nossa análise sobre o primeiro território e os diferentes espaços que o compõem, entre eles o segundo território. De acordo com Oliveira (2003, pp. 126-127), com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, em 2003, o território brasileiro de 850,2 milhões de hectares teria a seguinte composição: 15% ou 128,5 milhões de hectares eram terras indígenas; 12% ou 102,1 milhões de hectares eram unidades de conservação ambiental; 3,5% ou 29,2 milhões de hectares formavam as áreas urbanas, e as áreas ocupadas por rios, rodovias e as posses. 69,5% ou 590 milhões de hectares eram ocupados por propriedades rurais, sendo 49,5% ou 420,4 milhões de hectares dos imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e 20% ou 170 milhões de hectares formados por terras devolutas.

**Tabela 1 – Brasil: ocupação das terras em milhões de hectares**

Terras indígenas	128,5	15,0%
Unidades de conservação ambiental	102,1	12,0%
Imóveis cadastrados no INCRA	420,4	49,5%
Áreas urbanas, rios, rodovias e posses	29,2	3,5%
Terras devolutas	170,0	20,0%
<b>Total</b>	<b>850,2</b>	<b>100%</b>

Fonte: adaptado de Oliveira (2003, pp. 126-127)



Na tabela 2, nos deteremos à análise do segundo território, ou seja os imóveis rurais cadastrados para compreendermos melhor as mudanças ocorridas na estrutura fundiária entre 1992 e 2003. Considerando o cancelamento 93 milhões de hectares de títulos de terras griladas em 1999, conforme anunciado no Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil, a área das propriedades rurais cresceu 89 milhões de hectares entre 1992 e 2003.

**Tabela 2 – Brasil: mudanças na estrutura fundiária – 1992-2003**

Imóveis em hectares	1992	%	2003	%
	Área em milhões de ha.		Área em milhões de ha.	
Com mais de 200 (capitalista)	245	74	297	71
Com menos de 200 (campesinos)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003. (Org.: Bernardo Mançano Fernandes)

Como defendemos neste artigo, os imóveis capitalistas e os campesinos produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos. Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, onde se realizam todas as dimensões da vida, desde que, é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos. Nestes territórios temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho, como demonstraremos adiante. Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado.

A tabela 2 nos possibilita uma boa noção desse enfrentamento. Em 1992 o capital controlava 245 milhões de hectares ou 74% da área dos imóveis. Observe que esta área aumentou para 297 milhões em 2003, mas a participação relativa caiu para 71%. Enquanto a participação relativa do território camponês passou de 26% para 29%, ou em números absolutos de 86 para 123 milhões de hectares. Como afirmamos, este aumento de área de ambos os territórios só foi possível por que a fronteira agrícola está aberta. Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas.

Por tudo isto, utilizamos o conceito de território como um espaço de vida, ou parafraseando Ratzel, como um espaço vital, compreendido pela sua multidimensionalidade. Como salientamos, a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a

obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe.

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses.

Esta realidade nos coloca, pelo menos, uma questão: o que é desenvolvimento territorial para esta diversidade de territórios? Por suposto, necessitamos de vários modelos. Todavia, a tendência dos governos é pensar o desenvolvimento desde a perspectiva do agronegócio, porque este é compreendido como a totalidade da qual a agricultura camponesa ou familiar faria parte. Partir desta visão é começar perdendo e terminar derrotado. O desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamentos como territórios. Um princípio importante é pensar o desenvolvimento territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, não necessariamente nesta ordem, mas como um conjunto indissociável. Desenvolvimento e território são conceitos multidimensionais. Neste sentido, a reforma agrária é um projeto de desenvolvimento territorial. E ao mesmo tempo, a reforma agrária é uma questão nacional.

Observando a tabela 1, compreendemos o controle territorial do agronegócio e do campesinato. Grosso modo, relacionando a tabela 2 e a tabela 3, podemos analisar que os tipos de assentamentos corresponderiam a aproximadamente metade da área dos territórios camponeses. Essa análise enfatiza a importância da luta pela terra e da reforma agrária da criação e recriação do campesinato e também nos coloca um conjunto de preocupações.

**Tabela 3 - Tipologia dos Assentamentos – Brasil - 1985-2006**

<b>Tipos</b>	<b>Nº Assentamentos</b>	<b>%</b>	<b>Nº Famílias</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
FLONA	12	0.15	3.675	0.41	4.268,006	6.85
PE	612	7.68	49.957	5.55	2.373,453	3.81
PAE	194	2.44	45.411	5.04	6.503,154	10.43
PDS	77	0.97	22.875	2.54	2.912,305	4.67
RDS	6	0.08	2.000	0.22	5.673,710	9.10
RESEX	35	0.44	28.555	3.17	9.073,096	14.55
PA	6.727	84.45	731.059	81.16	30.804,272	49.40
OUTROS	303	3.80	17.267	1.92	742,627	1.19
<b>TOTAL</b>	<b>7.966</b>	<b>100.00</b>	<b>900,799</b>	<b>100.00</b>	<b>62.350,623</b>	<b>100.00</b>

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

As RESEX, FLONA e RDS são projetos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária. Nestes projetos mais os projetos agroextrativistas foram assentadas 119.783 famílias, apenas 13% das famílias assentadas no período, em 627 projetos, abrangendo uma área de 29 milhões hectares, 47% do total da área destinada a reforma agrária. Os projetos de assentamento federal e estadual, que têm como característica principal a desapropriação de terras para reforma agrária, foram responsáveis pela criação de 92% dos assentamentos implantados em todo país, utilizando 53% da área destinada a reforma agrária e assentando 87% das famílias. Os projetos estaduais e federais utilizaram apenas 4 milhões de hectares a mais do que os outros cinco projetos. Portanto, para este período compreendido desde o governo Sarney ao governo Lula, predominou a criação de projetos de assentamentos federais e estaduais. Observe-se que pelas próprias características dos tipos de assentamentos: agroflorestais e agropecuários, que as áreas de seus territórios são quase equivalentes. A maior parte dos assentamentos agroflorestais e dos projetos reconhecidos está na Amazônia.

Na tabela 4, pode-se observar que no primeiro mandato, o governo Lula implantou 2.270 assentamentos onde foram assentadas 244.873 mil famílias em 29 milhões de hectares. Somente os projetos agroextrativistas e os projetos reconhecidos pelo INCRA foram responsáveis pelo assentamento de 104.969 famílias, em 489 Projetos de Assentamento – PAs, abrangendo uma área de 24 milhões de hectares. Estes projetos correspondem a 21% dos assentamentos criados, com 42% das famílias assentadas em 81% da área total.

**Tabela 4 - Tipologia dos Assentamentos – Brasil - 2003-2006**

<b>Tipos</b>	<b>Nº Assentamentos</b>	<b>%</b>	<b>Nº Famílias</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
FLONA	11	0.48	3.075	1.26	3.248,006	10.95
PE	277	12.20	18.224	7.44	827,116	2.79
PAE	177	7.80	39.103	15.97	4.976,843	16.77
PDS	73	3.22	22.330	9.12	2.820,379	9.51
RDS	5	0.22	1.500	0.61	4.341,239	14.63
RESEX	29	1.28	27.341	11.17	8.046,392	27.12
PA	1.504	66.26	121.680	49.69	4.753,188	16.02
OUTROS	194	8.55	11.620	4.75	657,259	2.22
<b>TOTAL</b>	<b>2.270</b>	<b>100.00</b>	<b>244.873</b>	<b>100.00</b>	<b>29.670,422</b>	<b>100.00</b>

**Fonte: DATALUTA, 2007**

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

Através desta leitura podemos constatar que o atual governo optou pela intensificação da tendência da política de assentamentos em áreas da Amazônia. Esses projetos são criados por meio de desapropriação, mas predominantemente pela regularização fundiária. Esses projetos afetam lentamente a desconcentração de terras no país. Por outro lado, estes assentamentos impedem, ao menos no âmbito legal, o avanço do agronegócio nas regiões onde foram implantados, pois as famílias assentadas nestas áreas são responsáveis pela preservação e manejo destas terras. Por outro lado, nas regiões Nordeste e Centro-Sul as ocupações intensificam a luta pela terra, pois são nessas regiões que 90% das famílias lutam pela terra.

### **Considerações finais**

Neste artigo, procuramos contribuir com uma definição mais ampla de território que aquela que o compreende apenas como espaço de governança. Neste sentido, desenvolvemos uma crítica e uma proposição a partir de uma tipologia de territórios. A partir de diferentes exemplos, analisamos as disputas territoriais e conceituais. As idéias aqui apresentadas estão em aperfeiçoamento e são referências importantes para se estudar o desenvolvimento territorial rural. Acreditamos ser importante o acompanhamento dos processos de territorialização dos diferentes tipos de territórios aqui apresentados para mapear as conflitualidades geradas pelas desigualdades do sistema capitalista.

## **Bibliografia**

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Pondicherry: Blackwell, 2005.

ESCOLA Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). **O território e a vigilância em saúde**. Christovam Barcellos, Luisa Iñiguez Rojas. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV/Proformar, 2004.

EVIA, Gerardo. La Republica de la Soja:Las alegorias de la globalizacion. <http://www.agropecuaria.org/analisis/EviaRepublicaSoja.htm>, acessado em 12/2/2006 12:31:54

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatorio Social de América Latina**. , v.16, p.273 – 284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HARVEY, David, **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henry. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Atlas dos Territórios Rurais**. Brasília: MDA, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: Revista Terra Livre, nº 21, pp.113-156. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.

PALAU, Tomás *et al.* **Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguaya**. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.

- PEET, Richard. *Geography of Power: the making of global economic policy*. London: Zed Books, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*. Niterói: 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *As Conseqüências Sociais e Ambientais da Prioridade ao Monocultivo*. Niterói: 2007.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *“O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2001.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.
- SANTOS, Milton. *Testamento Intelectual*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. *Desarrollo Territorial Rural*. Santiago: RIMISP, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. TARTARUGA, Ivan G. Peyré. *Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural*. Trabalho apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.
- SEARLE, John R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In Geografia: conceitos e temas. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato.(Orgs.). Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TORRES, Ana Teresa. *Territorios Eróticos*. Caracas: Editorial Psicoanalítica, 1998.